



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

DISPARIDADES RACIAIS NA PERCEPÇÃO DA JUSTIÇA NA SELEÇÃO E CORTE DOS AUXÍLIOS PNAES ENTRE EGRESSOS DO CMI-IFPA.

ANA CLARA CARVALHO CARNEIRO¹, KOAYRA GOMES TAVEIRA DE SOUSA², MARIA EDUARDA SILVA SOUSA³, DIEGO AMADOR TAVARES⁴

1 Acadêmica do Curso Integrado em Informática, IFPA, Campus Marabá Industrial.

2 Acadêmica do Curso Integrado em Informática, IFPA, Campus Marabá Industrial.

3 Acadêmica do Curso Integrado em Automação Industrial, IFPA, Campus Marabá Industrial.

4 Docente de sociologia, IFPA, campus Marabá Industrial, E-mail autor correspondente: diego.tavares@ifpa.edu.br.

Área de conhecimento/Subárea: Área 07 – Ciências Humanas / Subárea: Sociologia.

ODS vinculado(s): ODS 04 e ODS 10.

RESUMO: Este estudo analisou a percepção de justiça nos critérios de seleção e corte dos auxílios do PNAES entre egressos do ensino médio integrado do CMI do IFPA, com foco nas disparidades raciais. A metodologia envolveu revisão bibliográfica e um questionário online com questões em escala Likert, respondido por 64 egressos. Os resultados mostraram uma tendência geral de concordância com a justiça dos critérios, mas revelaram disparidades raciais significativas: egressos pretos, pardos e indígenas discordaram mais frequentemente da justiça na seleção e corte dos auxílios. A conclusão aponta para a necessidade de as instituições federais de ensino desenvolverem estratégias para garantir que os auxílios do PNAES alcancem efetivamente os estudantes mais vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades raciais, PNAES, educação profissional e tecnológica, IFPA.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, após 14 anos do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, consolidou e tornou o PNAES política de Estado. Esse feito representa uma vitória para a educação em nosso país e uma prova do valor que essa política pública alcançou neste momento em que completa 15 anos de existência.

Desde 2010, uma vasta quantidade de produção acadêmica tem se dedicado a analisar o PNAES, quase sempre ressaltando sua importância e seus efeitos positivos sobre a evasão e o insucesso nos institutos e universidades federais (DIAS; OLIVEIRA, 2022; CASPEDES, 2021; KROTH; BARTH, 2022; BRITO *et al.*, 2022).

Mesmo assim, é comum encontrar na literatura críticas quanto aos editais de seleção de bolsistas, seja pela dificuldade de comunicação (NASCIMENTO, 2012; RAUBER; GRIMM, 2021; ANDRADE; TAVARES, 2023), pelos critérios meritocráticos (SOUZA, 2017; NASCIMENTO, 2012; BORSATO, 2015) ou por outras questões de caráter burocrático (CUNHA; RAGGI, 2016).

Neste estudo, analisamos, através dos egressos do ensino médio integrado do CMI do IFPA, a percepção de justiça nos critérios de seleção e corte dos auxílios do PNAES dentro do IFPA. Como os dados mostraram ser necessário, abordamos também as disparidades raciais da questão, fato para o qual o estudo de Costa (2022) já alertava, ao destacar a importância de considerar a questão racial e de gênero na aplicação do PNAES.

METODOLOGIA

Realizamos a seleção e estudo da literatura que trata de analisar o PNAES e posteriormente elaboramos questionário (Google Forms) com questões em escala Likert, tendo obtido 64 respostas dos egressos de cursos médios integrados do CMI com matrículas entre 2017 e 2019.

Com a planilha de respostas do Google Forms e com base na literatura, analisamos os dados e



elaboramos a tabela e a figura que nos ajudam a sistematizar os dados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1, podemos notar que não existe muita diferença de entendimento entre os egressos quanto à justiça da seleção e do corte dos auxílios PNAES. As médias obtidas na escala Likert, bem como os desvios padrões e as percentagens, são muito aproximadas. Desta forma, não é possível fazer qualquer análise de diferença entre os dois quesitos, restando-nos afirmar que o entendimento referente à seleção e ao corte é muito semelhante entre os egressos.

Tabela 1 – Entendimento dos alunos com relação à justiça na seleção e no corte de auxílios do PNAES.

<i>Afirmção (escala Likert)</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>%</i>
<i>1 - A seleção de alunos para receber os auxílios era justa.</i>	3,42	1,02	57,81% concordam com a afirmativa. 25% discordam com a afirmativa.
<i>2 - Os critérios para o corte de bolsas eram justos.</i>	3,37	1,06	56,25% concordam com a afirmativa. 21,87% discordam com a afirmativa.

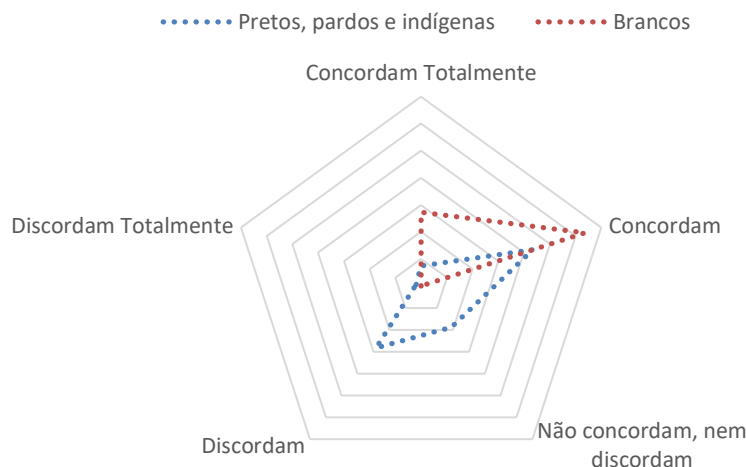
Escala numérica de 1 a 5, sendo 1 = "discordo totalmente" e 5 = "concordo totalmente".

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Sobre ambas as afirmações, podemos dizer que os ex-alunos tenderam a concordar, o que implica uma avaliação positiva acerca dos editais e da operação destes pelo setor de assistência estudantil do CMI, destoando, portanto, do que visualizamos na literatura.

Ainda assim, temos 25% e 21,87% de discordância, que representam respectivamente 16 e 14 egressos que não fazem a avaliação positiva. Ao analisar o perfil de cor desses grupos, descobrimos que ele é quase totalmente composto por pretos, pardos e indígenas. Na Figura 1, usando como referência a afirmação 1, fica evidente a diferença de entendimento que se estabelece quando a questão racial é levada em consideração. Nenhum branco discorda da afirmativa, enquanto 15 discordam do outro lado. Na afirmativa 2, são 10 discordâncias de pretos, pardos e indígenas e, novamente, nenhuma dos egressos autodeclarados brancos.

Figura 1 – Relação de entre o entendimento da seleção de bolsistas e a autodeclaração de cor.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

CONCLUSÕES

A disparidade de opiniões quanto à justiça na seleção e na manutenção dos auxílios PNAES pode indicar que a população mais vulnerável tem mais dificuldade com os processos seletivos da instituição, ampliando a leitura de aspectos meritocráticos que estão relacionados à assistência estudantil debatidos por Souza (2017), Nascimento (2012) e Borsato (2015). Isso ocorre porque não se trata apenas de critérios que promovem distinção social, mas do próprio processo, que é mais inacessível para as populações mais frágeis, que mais necessitam da política.

Nesse sentido, confrontamo-nos com uma situação que não pode ser desprezada pelas instituições federais de ensino. Precisamos encontrar soluções para que os auxílios do PNAES cheguem aos mais necessitados e não aos “(...) vulneráveis com melhor desempenho” (SOUZA, 2017) ou aos vulneráveis com maior capital cultural e conhecimentos prévios de uso da internet.

Faz-se necessário, portanto, aumentar a prestação de suporte nos períodos de inscrição, a elaboração de comunicações mais simples e didáticas, maior proximidade com os responsáveis no caso do ensino médio integrado, uma participação mais ativa dos Fóruns da Assistência Estudantil e da comunidade em geral, e uma reanálise, junto aos Fóruns de Assistência Estudantil, sobre a função de critérios relacionados à frequência e desempenho acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mauro C. de J.; TAVARES, Eliezer M. Assistência estudantil: o perfil socioeconômico e suas contribuições à política assistencial dos alunos do instituto federal do Pará, no período de 2016 a 2018. **Revista Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília/PR, v. 9, mar. 2023.
- BORSATO, Francieli P. **A configuração da assistência estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implementação do PNAES**. Dissertação (Serviço Social e Política Social) - UEL, Londrina/PR, 2017.
- BRITO, Eugênio Nunes Silva *et al.* Avaliação da efetividade do programa nacional de assistência estudantil: o caso da UFVJM. **Revista Práxis Educacional**, v. 18, n. 49, ago. 2022.
- CASPEDES, Juliana G. et al. Avaliação de impacto do programa de permanência estudantil da Universidade Federal de São Paulo. Ensaio: **Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, v. 29, n. 113, out./dez. 2021.
- COSTA, Zora Y. T. **Educação Profissional, permanência estudantil e desigualdades raciais e de gênero – o IFB-Gama**. Tese (Política Social) - UNB, Brasília/DF, 2022.
- CUNHA, Maria S.; RAGGI, Désirée G. A política de assistência estudantil no IF Baiano – Campus Teixeira de Freitas. **REGAE: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria/RS, v. 5, n. 10, jul./dez. 2016.
- DIAS, Elizangela P. R.; OLIVEIRA, Sueli M. P. de. Programa de auxílio estudantil: um estudo sobre as suas contribuições na permanência de estudantes da educação profissional técnica de nível médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas. **Revista Contexto & Educação**, a. 37, n. 119, set./dez. 2022.
- KROTH, Darlan C.; BARTH, Enise. Do acesso ao êxito acadêmico: a importância da política de assistência estudantil no ensino superior. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, 2022.
- NASCIMENTO, Clara M. do. Estado autocrático burguês e política educacional no Brasil: contribuições ao debate sobre a assistência estudantil nas IFEZ. **SER Social**, Brasília/DF, v. 14, n. 30, jan./jun. 2012.
- RALBER, Daniela T.; GRIMM, Viviane. Programa de auxílios estudantis do IFC na percepção dos estudantes do ensino médio integrado. **Revista Práxis Educacional**, v. 18, n. 49, ago. 2022.
- SOUZA, Jacqueline D. A. de. **Na travessia: assistência estudantil na educação profissional**. Dissertação (Política Social) - UNB, Brasília/DF, 2017.